

**A FELICIDADE COMO PROMESSA E COMO INJUNÇÃO DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA:
APONTAMENTOS PARA UM PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE
FELICIDADE, GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E PSICOLOGIA
POSITIVA**

*Antonio Stecher¹
Rodrigo de la Fabián²*

RESUMO

Discute-se a crescente centralidade nos imaginários da modernidade contemporânea da promessa e problemática da “felicidade”, tanto no nível dos projetos de autorealização dos indivíduos, como do desenho e orientação das políticas públicas no nível do Estado. O artigo trata do vínculo entre a governamentalidade neoliberal e os novos discursos, práticas e tecnologias do eu direcionadas para a felicidade, e descreve a centralidade que a psicologia tem tido como saber especializado na hora de conceder legitimidade científica a esse conjunto de discursos, práticas e tecnologias. Propõe-se, finalmente, um conjunto de eixos a serem considerados para uma linha de pesquisa empírica sobre essa temática, interessada em compreender, a partir da perspectiva de uma analítica da governamentalidade, o arranjo contemporâneo entre certos jogos de verdade (o saber da psicologia positiva), formas de governo e condução do comportamento das populações e dos sujeitos (racionalidade neoliberal) e vetores de subjetivação (sujeito feliz).

PALAVRAS-CHAVE: *Governamentalidade neoliberal; Felicidade; Psicologia Positiva; Subjetividade; Crítica.*

¹ Doutor em Psicologia Social pela Universidad Autónoma de Barcelona. Mestre em Filosofia Política pela Universidad de Chile. Professor Associado da Facultad de Psicología da Universidad Diego Postales, Santiago, Chile.

² Doutor e Mestre em Psicopatología Fundamental e Psicanálise pela Université Paris-Diderot. Professor Associado da Facultad de Psicología da Universidad Diego Postales, Santiago, Chile.

**LA FELICIDAD COMO PROMESA Y MANDATO DE LA SOCIEDAD
CONTEMPORÁNEA:
APUNTES PARA UN PROGRAMA DE INVESTIGACIÓN SOBRE FELICIDAD,
GUBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL Y PSICOLOGÍA POSITIVA**

RESUMEN

Se discute la creciente centralidad en los imaginarios de la modernidad contemporánea de la promesa y problemática de la “felicidad”, tanto a nivel de los proyectos de autorrealización de los individuos, como del diseño y orientación de las políticas públicas a nivel del Estado. El artículo da cuenta del vínculo entre la gubernamentalidad neoliberal y los nuevos discursos, prácticas y tecnologías del yo orientadas a la felicidad, y describe la centralidad que ha tenido la psicología positiva en tanto saber experto a la hora de dotar de legitimidad científica ese conjunto de discursos, prácticas y tecnologías. Se propone, finalmente, un conjunto de ejes que habría que considerar en el desarrollo de una línea de investigación empírica sobre esta temática, interesada en comprender, desde la perspectiva de una analítica de la gubernamentalidad, el ensamblaje contemporáneo entre ciertos juegos de verdad (el saber de la psicología positiva), formas de gobierno y conducción de la conducta de las poblaciones y los sujetos (racionalidad neoliberal) y vectores de subjetivación (sujeto feliz).

PALABRAS CLAVES: *Gubernamentalidad neoliberal; Felicidad; Psicología Positiva; Subjetividad; Crítica.*

Uma história crítica é a que nos convoca a refletir sobre nossa natureza e nossos limites, sobre as condições em que eles se estabeleceram e o que entendemos por verdade e por realidade. Uma história crítica perturba e fragmenta, evidencia a fragilidade daquilo que parece sólido, o contingente daquilo que parece necessário, as raízes mundanas e quotidianas daquilo que reclama uma nobreza excepcional. Permite-nos pensar de encontro ao presente, no sentido de poder explorar seus horizontes e suas condições de possibilidade. O objetivo de uma história crítica não é impor um juízo, mas torná-lo possível. (...) A meta de uma história crítica da psicologia seria tornar visível as relações profundamente ambíguas entre (...) a subjetividade, as verdades da psicologia e o exercício do poder.

Nikolas Rose

INTRODUÇÃO

A problemática da felicidade e do bem-estar subjetivo das pessoas e das populações adquiriu uma centralidade crescente nas últimas décadas. Como discutimos em publicações anteriores (De la FABIAN & STECHER, 2013; De la FABIAN & STECHER, 2017), o discurso sobre a felicidade – o que a define, o que lhe faz obstáculo, o modo pelo qual se pode medi-la, o que devem fazer as pessoas (tecnologias do eu) e os países (políticas públicas) para se alcançá-la – transformou-se em um traço característico dos imaginários sociais da modernidade contemporânea (AHMED, 2010; BINKLEY, 2007, 2011a; PINCHEIRA, 2013a,b). Embora, como assinala Foucault (2013, pp. 252), desde o início do Estado moderno “a felicidade dos indivíduos seja uma necessidade para a sobrevivência e desenvolvimento do Estado”, um componente inelutável da promessa moderna de progresso e da gestão e administração biopolítica dos territórios e da população, não é menos verdade que dadas as atuais coordenadas históricas da modernidade tardia, a preocupação com a felicidade humana adquiriu na esfera pública e privada uma forma particular e um renovado interesse e centralidade.

Assim, é possível observar, especialmente desde os anos 2000 – e em relação direta com a consolidação do novo regime flexível global de acumulação capitalista, e do novo modo de regulação sociopolítica do liberalismo avançado, ou neoliberal (HARVEY, 1998; ROSE, 2003) –, um processo através do qual “a felicidade”, por diversas vias e mecanismos, e por articulações complexas com outros discursos, práticas, técnicas e objetos, instituiu-se como um significante medular do imaginário social contemporâneo. Como analisou detalhadamente Sam Binkley (2007, 2011a, 2011b), em pouco mais de uma década, a pergunta pelo bem-estar subjetivo e pela

felicidade pessoal – habitualmente entendida como um objeto de especulação filosófica, um atributo inapreensível da experiência singular das pessoas (BINKLEY, 2011), ou um mero resultado esperado, embora colateral, da modernização e incremento do bem-estar material das populações – se transformou em: um novo eixo de problematização e inteligibilidade do social; em um objeto de análise; em medição e intervenção da política pública; em um pilar da gestão das organizações (*Happy Manager*); em prescrição e promessa de numerosas campanhas publicitárias; em uma régua para cartografar o mundo e repensar a noção de desenvolvimento (*World Happiness Report* da ONU); em um *telos* que orienta as ações e decisões dos sujeitos; assim como em um objeto de diversos saberes *psi* e tecnologias do eu que buscam modelar o modo de relação consigo mesmo.

É possível reconhecer dois atores-chave desse processo de expansão e legitimação política e científica, em nível mundial, do (novo) discurso da felicidade. Por um lado, uma rede de economistas, organismos internacionais (OECD, ONU, BM) e governos nacionais (Inglaterra, França), que nos últimos anos impulsionaram a criação de novos indicadores e instrumentos de medida do desenvolvimento e progresso social dos países (BINKLEY, 2007; PINCHEIRA, 2013a, 2013b). Estes novos indicadores e instrumentos deveriam, para além da medida tradicional, economicista e estreita do Produto Interno Bruto (PIB), incorporar a mensuração do bem-estar subjetivo e da felicidade dos indivíduos, para, com essa informação, reorientar as políticas públicas e ajustá-las às demandas e expectativa das pessoas. Por outro lado, a corrente da Psicologia Positiva surgida em fins dos anos 1990 foi um elemento-chave para outorgar legitimidade científica aos discursos sobre a felicidade, instituindo um novo regime de verdade e um arsenal de técnicas e instrumentos em torno do bem-estar subjetivo e da felicidade individual, ao modo a defini-la, às possibilidades de nos exercitarmos para alcançá-la, a seus múltiplos benefícios (saúde, longevidade, vida familiar e laboral), às estratégias para medi-la, e a um conjunto de ações que os indivíduos podem por si mesmos levar a cabo para incrementar de modo duradouro sua felicidade. Como afirma o psicólogo Martin Seligman (2002), fundador da Psicologia Positiva, o objetivo desta corrente é, justamente, o estudo das emoções e dos traços positivos que contribuem para o bem-estar e a felicidade das pessoas, assim como o desenvolvimento de técnicas e métodos que permitam incrementar de forma significativa e duradoura os níveis de felicidade das pessoas (LYUBOMIRSKY, 2007; SELIGMAN, 2002).

Um terceiro ator importante a se considerar para compreender a expansão e

massificação na sociedade moderna tardia do ideal de felicidade pessoal e bem-estar subjetivo é o mercado, o mundo empresarial, a cultura do consumo e a publicidade, fortemente expandidas nas últimas décadas (BAUMAN, 2000). Como assinala Binkley (2007), embora a publicidade tenha sempre buscado associar ao longo do século XX certos produtos à experiência de plenitude, realização e satisfação, a cultura do consumo e a consolidação de grandes marcas globais, que buscam definir e orientar estilos de vida, exacerbaram nas últimas décadas essa tendência, permeando cada vez mais e de forma mais intensa em diversas áreas da vida cotidiana, e reforçando a ligação entre o consumo, o mercado e a obtenção de uma felicidade crescentemente individualizada e descoletivizada, que aparece como uma promessa e uma injunção que recai sobre os sujeitos contemporâneos (STECHEER, 2009). Em relação a isso, pode-se mencionar a criação de um aplicativo (*Mappines*) para *Iphone*, que nos permite e convida a escrever um relatório diário da nossa felicidade como parte de um novo estilo de vida, mais pleno e auto-realizado. Além da via da publicidade e do consumo, as grandes empresas tem desempenhado um papel importante nessa tendência através do financiamento de estudos sobre a felicidade e o desenvolvimento de programas sobre o bem-estar, a qualidade de vida e a felicidade, dirigidos a seus empregados e clientes. O caso exemplar disto é a *Coca-Cola* e a criação do *Instituto da Felicidade Coca-Cola*, que se dedica a medir os níveis da felicidade em vários países, desenvolve conferências e atividades sobre o tema, e declara que sua missão é investigar e difundir conhecimentos sobre a felicidade, de modo a contribuir com a qualidade de vida das pessoas (*Instituto da Felicidade Coca-Cola*, 2013).

Esta centralidade crescente do discurso sobre a felicidade no nível dos índices de desenvolvimento e das políticas públicas, dos saberes “psi” e do mundo empresarial, embora originado nos países do Atlântico-Norte, se expandiu em um nível mundial, permeando hoje em dia diversos países da América latina, entre eles o Chile (PINCHEIRA, 2013a, 2013b). Como detalharemos mais adiante, o Estado do Chile está incorporando o estudo da felicidade e do bem-estar subjetivo em seus instrumentos de medida do desenvolvimento e da vida social. Na medida em que a Psicologia Positiva tem se consolidado nesse país, especialmente na área da saúde mental e da psicologia organizacional, é possível observar diversas campanhas publicitárias, estratégias de gestão empresarial (no plano dos recursos humanos e da responsabilidade social), e financiamento empresarial de estudos em torno do tema da felicidade. Em relação a esse ponto, temos o *Instituto da Felicidade Coca-Cola-Chile*, o primeiro da América Latina,

que lançou em 2011 o primeiro barômetro da felicidade no Chile, assim como a reputada criação em 2006 no *Banco-Estado-Microempresas* da subgerência de gestão da felicidade e a criação em 2012 da gerência de felicidade, que substituiu a gestão de recursos humanos.

À luz do que foi aqui mencionado, é possível afirmar que o discurso e as práticas em torno do tema da felicidade nas sociedades contemporâneas, constituem um espaço privilegiado para levar à cabo um exercício de interrogação crítica sobre as articulações entre certo saber psicológico e econômico (jogos de verdade), certas racionalidades políticas ou lógicas de governo (poder), e certos modos de relação consigo mesmo dos sujeitos (subjativação), que caracterizam nossa atualidade. O objetivo deste capítulo é, justamente, apresentar as coordenadas gerais de uma linha e pesquisa recém-iniciada (ano de 2013), cujo propósito é analisar através dos estudos da governamentalidade o discurso sobre a felicidade da Psicologia Positiva e dos novos instrumentos de medida do desenvolvimento e de gestão de políticas públicas, suas articulações e afinidades com a racionalidade política neoliberal, e suas implicações em relação aos modos de subjativação. Isto, tanto em nível global e em termos mais gerais, em uma primeira fase, como em um nível mais local e específico da atual sociedade chilena, em uma segunda fase.

Para apresentar as coordenadas gerais da pesquisa supracitada, organiza-se o capítulo do seguinte modo. Em uma primeira parte, trataremos da crescente importância do tema da felicidade nas políticas públicas e nos instrumentos de medida social do Estado e de várias agências internacionais. Em uma segunda parte, discutiremos brevemente a origem e os principais postulados da Psicologia Positiva. Em uma terceira parte, trataremos da temática da felicidade de uma perspectiva foucaultiana e vinculada aos estudos sobre a governamentalidade. Em uma quarta e última parte, desenvolveremos um conjunto de pontuações e pressões de diversos tipos em torno das limitações, o alcance e o espírito geral da pesquisa que estamos propondo.

POLÍTICAS PÚBLICAS, MEDIDA DA FELICIDADE E GOVERNO NEOLIBERAL

Embora a questão da felicidade tenha estado presente na reflexão política e moral do Ocidente de maneira permanente, apenas no Iluminismo ela adquire a sua forma moderna (McMAHON, 2006). É neste momento histórico que, na esteira dos processos de secularização e configuração da racionalidade política moderna, a felicidade deixa de

ser entendida principalmente como virtude, em uma discussão moral sobre a boa vida (filosofia grega clássica) ou como meta extraterrena a ser alcançada no além-mundo celestial do encontro com Deus (tradição religiosa judaico-cristã). Diferentemente dessas duas tradições, o discurso do iluminismo entenderá a felicidade como parte da promessa de progresso e desenvolvimento da razão moderna, com um objetivo que deve ser perseguido e pode ser alcançado por uma sociedade no tempo secular e mundano, e como parte dos direitos e horizontes de sentido do indivíduo autônomo e racional que pressupõe o imaginário social moderno (VEENHOVEN, 2010; TAYLOR, 2006). A felicidade começa a ser entendida, assim, como um dos objetivos da política e aparece fortemente vinculada ao sucesso de uma melhora das condições materiais da existência promovidas pela gestão e administração racional do território e das populações das quais o Estado se ocupa. Como exemplo, é possível recordar que tanto a “Declaração de Independência dos Estados Unidos”, de 1776, como a declaração francesa dos “Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, consagravam à felicidade como um dos seus pilares essenciais (PINCHEIRA, 2013a, 2013b).

Como assinala Pincheira (2013a, 2013b) e Binkley (2007, 2011a), é possível afirmar que na passagem para a modernidade tardia e para a hegemonia da racionalidade política neoliberal, assistimos nas últimas décadas a uma reformulação particular da gramática da felicidade. O novo imaginário da felicidade da modernidade contemporânea, embora participe e se inscreva na tradição política e na ordem secular que inaugura a modernidade, adquire matizes e nuances particulares. Uma dessas particularidades diz respeito, justamente, ao modo pelo qual atualmente se pensa e se aborda, a partir do Estado, o problema da felicidade, e se o incorpora como parte da discussão das políticas públicas. O principal deslocamento diz respeito à mudança de uma visão que entende a felicidade em termos de bem-estar socioeconômico da população, medido indiretamente com base em certos indicadores de desenvolvimento econômico e material médio da população, para uma nova visão que entende a felicidade em termos de bem-estar subjetivo e satisfação pessoal com a própria vida de cada um dos indivíduos que compõem o corpo social, e afirma que essa experiência emocional pode e deve ser medida pelo Estado, e que deve ser colocada no coração da elaboração das políticas públicas (BEYTÍA & CALVO, 2011; PINCHEIRA, 2013a, 2013b).

É nessa passagem que se pode entender a criação e expansão em nível global, na última década, de diversas iniciativas para colocar a felicidade pessoal no centro da

discussão política e para desenvolver instrumentos de medida e índices nacionais e globais da felicidade e bem-estar subjetivo das pessoas. A esse respeito, e como ilustração não exaustiva, pode-se mencionar: o índice de felicidade para medir o estado de ânimo nacional da Grã-Bretanha, anunciado pelo ministro Cameron em 2010; o chamado *Informe Stiglitz/Sen* de 2009, encarregado pelo presidente Sarkozy de repensar o modo de medir o desenvolvimento econômico e o progresso social; a resolução “Felicidade: para um enfoque holístico do desenvolvimento”, adotada pela ONU em 2011, e onde se “convida os Estados membros a empreenderem a elaboração de novas medidas que melhor reflitam a importância da busca da felicidade e do bem-estar no desenvolvimento, para que assim guiem suas políticas públicas”; o *Happy Index Planet* elaborado a partir de 2010 pela *Think Tank the New Economic Foundations*; a iniciativa da OCDE “*Better Life Initiative*”, que desde 2011 mede os índices de felicidade de seus países membros; o barômetro da felicidade que existe desde 2007 na Espanha, no *Instituto da Felicidade Coca-Cola*; a criação pela ONU, em 2013, do dia mundial da felicidade (20 de março); e o *World Happiness Report*, elaborado em 2012, encomendado pela ONU à Universidade de Columbia, onde, na última versão de 2013, é possível ler no fim da introdução a seguinte afirmação que sintetiza o espírito que está na base dessas diferentes iniciativas:

Concluindo, existe hoje em dia uma demanda emergente ao redor do mundo para que as políticas estejam mais fortemente ligadas com o que realmente importa para as pessoas, com o modo pelo qual as pessoas entendem e valoram suas vidas. Cada vez mais e mais líderes mundiais, incluindo a Chanceler alemã Angela Merkel, o presidente sul-coreano Park Geun-hye e o Primeiro Ministro britânico David Cameron, estão falando da importância do bem-estar subjetivo como um guia para seus países e para o mundo. Nós oferecemos o “Relatório mundial da felicidade 2013” em apoio a esses esforços de levar o estudo da felicidade ao coração das preocupações e das políticas públicas. Esse relatório oferece uma rica evidência de que a medição e análise sistemática da felicidade pode nos ensinar muito sobre as formas de melhorar e apoiar o bem-estar no mundo e o desenvolvimento sustentável (HELLIWELL, LAYARD & SACHS, 2013, p. 5 [tradução nossa]).

Na base desse conjunto de iniciativas se encontra uma visão crítica à respeito da forma habitual de medir o bem-estar das nações. Como assinalam os prêmios Nobel Joseph Stiglitz e Amartya Sen, em seu famoso relatório (STIGLITZ, SEN & FITOUSSI, 2009), a OCDE, a ONU, entre outros organismos internacionais, estão erradas em medir o desenvolvimento das nações exclusivamente com base em indicadores econômicos “objetivos”, tais como o PIB, renda *per capita*, etc. Estes indicadores não refletem necessariamente o que, em última instância, “importa verdadeiramente”, a saber, o bem-

estar subjetivo. Por outro lado, eles são apenas parcialmente úteis na hora de orientar as políticas públicas. Um dos exemplos críticos mais citados para mostrar os limites dos indicadores econômicos tradicionais é em relação aos dos 10.000 dólares de renda per capita, cujo aumento não incide sobre o bem-estar subjetivo. Assim, se conclui que a renda *per capita* não seria um índice efetivo para medir os níveis de bem-estar subjetivo, ao menos nos países desenvolvidos. Portanto, afirma-se a necessidade de gerar novas medidas, mais orientadas para medir o bem-estar da população do que a mera produção da riqueza econômica.

A expansão deste discurso e destas novas de medida do desenvolvimento a partir do mundo corporativo, da sociedade civil, das agências estatais e dos organismos internacionais também é observado na sociedade chilena. Em 2011, publicou-se o primeiro *Barômetro da felicidade Coca-Cola-Chile* e o *Levantamento de Caracterização Socioeconômica (CASEN)* do Estado do Chile, com perguntas orientadas para medir o índice de felicidade. Por outro lado, em 2012, foi publicado o último *Informe de Desenvolvimento Humano – Chile* do PNUD (PNUD, 2012), intitulado: “Bem-estar subjetivo: o desafio de repensar o desenvolvimento”. Finalmente, é possível considerar que em fevereiro de 2013 o Instituto Nacional da Juventude (INJUV) do governo chileno publicou o seu *Levantamento sobre as Representações da Felicidade em Jovens entre 15 e 29 anos*. A declaração do Ministro de Desenvolvimento Social, Joaquín Lavín, para explicar a incorporação de um índice de felicidade no Levantamento CASEN, reflete a apropriação por parte do Estado chileno do novo discurso hegemônico em um nível global sobre a relação entre políticas públicas e felicidade: “Normalmente, os levantamentos de política econômica e social medem o bem-estar objetivo, quanto ganha a pessoa, se ela tem acesso a serviços sociais, mas cada vez mais países estão começando a medir o bem-estar subjetivo, a percepção de se é feliz ou não com a própria vida...” (LAVÍN, in PINCHEIRA, 2013b, p. 109).

É possível identificar na base deste renovado interesse pela felicidade e por sua articulação com o Estado um deslocamento em relação ao modo como tradicionalmente se pensou nas sociedades modernas a relação entre a racionalidade econômica e o bem-estar subjetivo. As citações ou exemplos a seguir, tanto de relatórios globais como do Chile, permitem ilustrar esse dito deslocamento:

Primeiro exemplo: entrevista feita em 2011 em um programa matinal da TV aberta com o então presidente do Chile, Sebastián Piñera:

(...) nosso governo estão comprometido com o crescimento do País, com a derrota do subdesenvolvimento, com o crescimento dos investimentos, do emprego, mas não podemos esquecer que o que realmente importa não é o crescimento econômico, mas a felicidade da família.

O segundo exemplo é da *Comissão Stiglitz/Sen*:

(...) existe uma diferença crescente entre as informações transmitidas pelos dados agregados do PIB e aquilo que importa realmente para o bem-estar dos indivíduos.

Terceiro exemplo: Informe de Desenvolvimento Humano-Chile do PNUD do ano de 2012:

(...) O debate em torno da felicidade situa no centro da análise social a pergunta por “aquilo que realmente importa”, tanto na vida das pessoas como no porvir da sociedade.

Esses três fragmentos ilustram o deslocamento a que nos referimos. Nos novos discursos sobre a felicidade, afirma-se que as pessoas não devem estar a serviço dos índices econômicos, mas que, ao contrário, estes últimos só são valiosos na medida em que trazem o que “verdadeiramente importa”: a felicidade e o bem-estar subjetivo das pessoas. Não é à toa que o primeiro levantamento de medida do *Happiness Index* realizada no Reino Unido teve o nome “*What Matters*”. E aquilo que realmente importa, como se lê no Informe de Desenvolvimento Humano-Chile de 2012, é:

A subjetividade (...), a cara individual da vida em sociedade. É o espaço de interioridade dos indivíduos, formado por suas emoções, reflexões, percepções, desejos e valorações, onde constroem uma imagem de si, dos outros e do mundo no contexto de suas experiências sociais. Neste espaço se gera o bem-estar e o mal-estar subjetivos, que se relacionam com as autoavaliações, positivas ou negativas, que as pessoas fazem de suas vidas e do contexto social em que vivem...

Quer dizer, aquilo que “realmente importa” seria esse espaço interior onde se constrói, experimenta e significa a felicidade, espaço que pode eventualmente ser correlacionado com certas variáveis objetivas – acesso ao consumo, educação, saúde, etc. –, mas que não guardaria uma relação inequívoca com elas. Dito de outro modo, não é que o PIB ou o acesso à educação, por exemplo, não tenham a ver com o bem-estar subjetivo, mas esta relação não é linear, nem diretamente proporcional, pois depende de muitos fatores relativos, dentro dos quais, como veremos mais adiante, a interpretação psicológica individual da “realidade” é central. Para sermos mais precisos, estes discursos sobre a felicidade não se dirigem a um certo tipo de ser humano, construído por meio das recorrências estatísticas ou médias populacionais, mas se dirigem ao indivíduo como diferença específica, buscando interpelar e

produzir a singularidade da experiência emocional subjetiva de cada indivíduo.

Como se lê na *Better Life Initiative* da OCDE:

O índice de uma vida melhor (Your Better Life Index) está atingindo àqueles mais afetados por esta pesquisa: vocês. Sua voz é crucial neste debate sobre o que mais importa para o progresso de nossas sociedades (OCDE, 2012 [tradução nossa]).

Vemos, assim, que esta nova gramática da felicidade que se estende à esfera pública e política das sociedades contemporâneas, se caracteriza por produzir e entronizar, como o território onde se espraia “o que verdadeiramente importa”, este “Você” pessoal, singular, individualizado e emotivo. Frente à fria distância que implica aos indivíduos vincular-se através de curvas normais, médias ou medianas, essas novas políticas parecem sussurrar ao ouvido de cada pessoa, separadamente e com igual intensidade. Neste sentido, estes discursos prometem algo distinto do utilitarismo de Jeremy Bentham, da “Maior felicidade para o maior número possível de pessoas”. Eles já não se dirige tanto à maioria, à população, mas diretamente a cada indivíduo. Trata-se de uma retórica baseada na ideia de um resgate da individualidade, da experiência pessoal e singular que teria sido previamente esquecida por uma lógica administrativa centrada nos meios populacionais e nos indicadores meramente econômicos.

A PSICOLOGIA POSITIVA

Como assinalamos, o desenvolvimento da corrente da Psicologia Positiva tem sido outro ator-chave na propagação e legitimação em nível global do novo discurso sobre a felicidade. Se a promoção pelo Estado e as ciências econômicas de novos indicadores de desenvolvimento, baseados no bem-estar subjetivo, opera com o vetor político-público o novo jogo de verdade ou matriz saber-poder articulado em torno da “felicidade”, os argumentos da Psicologia Positiva em torno da felicidade humana constituem o vetor que aponta para definir, compreender, calcular e potencializar, no nível dos sujeitos psicológicos, esse estado de bem-estar e felicidade que a racionalidade política neoliberal define como prioritária. Dito de outro modo, a Psicologia Positiva se institui como o saber que entrega as ferramentas conceituais para a medida do bem-estar e da felicidade pessoal que a política pública demanda, assim como aquele saber que desenvolve um conjunto de tecnologias específicas, legitimadas cientificamente, que, atuando sobre a singularidade subjetiva de cada

pessoa, permitem que os indivíduos se autogovernem e se encarreguem de produzir por si mesmos sua própria felicidade, a qual, como assinalamos, já não aparece direta ou linearmente ligada às variáveis objetivas de desenvolvimento. Como se afirma em um curso baseado na Psicologia Positiva e dedicado à felicidade nas organizações:

O que queres fazer? Ser feliz ou seguir esperando que alguém ou alguma circunstância te faça feliz? Se esperas isso, a ciência te assegura que serás infeliz. Está na hora de mudar e tomar a sua felicidade em suas próprias mãos (DIARIO LA TERCERA, 2013).

As origens da Psicologia Positiva estão nos Estados Unidos, desde os últimos anos da década de 1990, e se associam com o trabalho do psicólogo Martin Seligman, ao seu livro fundacional intitulado *Authentic Happiness: Using the New Positive Psychology to Realize Your Potential for Lasting Fulfillment* (SELIGMAN, 2002), assim como com a forte promoção da dita corrente por parte da *American Psychological Association* (APA), da qual Seligman foi presidente no ano de 1998.

A Psicologia Positiva parte de uma crítica à “psicologia tradicional” do século XX, fortemente orientada para o estudo da enfermidade e das patologias, e propõe uma nova agenda de pesquisa psicológica. Esta se baseia no estudo dos estados emocionais positivos associados ao bem-estar e à felicidade das pessoas, e à busca dos diversos instrumentos e técnicas que permitem medir a felicidade dos indivíduos de um modo científico e devolver-lhes ferramentas que eles mesmos possam aplicar no dia-a-dia para potencializar de forma duradoura sua felicidade (LYUBOMIRSKY, 2007; SELIGMAN, 2002, 2003). Nas palavras do próprio Seligman (2002), isto é importante para que recordemos que o nosso próprio campo foi deformado. A psicologia não é apenas o estudo da enfermidade, da debilidade e do dano; é também o estudo da força e da virtude. O tratamento não é apenas regular o que vai mal; é também construir o que está bem. Em psicologia, não se trata apenas de doença ou saúde; é também acerca do trabalho, da educação, do insight, do amor, do crescimento e do jogo.

O centro da Psicologia Positiva da Universidade da Pensilvânia, fundado e dirigido por Seligman, define a Psicologia Positiva como:

(...) o estudo científico das forças e virtudes que permitem aos indivíduos e às comunidades desenvolver-se. O campo está fundado na crença de que as pessoas querem levar vidas significativas e satisfatórias, para cultivar o melhor deles e potencializar suas experiências de amor, trabalho e jogo.

Do mesmo modo, especifica que a Psicologia Positiva se interessa fundamentalmente por três áreas: a das emoções positivas, que englobam por sua vez a satisfação com o passado, a felicidade com o presente e a esperança com o futuro. Em

segundo lugar, a Psicologia Positiva se interessa pelo estudo dos traços individuais positivos universais, que englobam forças e virtudes, tais como a capacidade para amar e trabalhar, a coragem, a sabedoria, entre outros. Por último, em terceiro lugar, a Psicologia Positiva se interessa em compreender as instituições positivas, quer dizer, as forças que tornam as comunidades humanas melhores, tais como a justiça, a ética laboral, a liderança, o trabalho em equipe, entre outras.

Os discursos e técnicas da Psicologia Positiva se propagaram rapidamente em um nível global, impactando diversas áreas de atuação profissional dos psicólogos (saúde mental, organizações, educação, etc.) e constituem hoje em dia uma referência teórico-prática importante para o campo acadêmico-profissional da psicologia contemporânea. Este crescimento reflete, por exemplo, o fato de hoje em dias as universidades de Harvard, Pensylvania, East London, entre outras, contarem com programas desta subdisciplina. Os aportes financeiros para a pesquisa em Psicologia Positiva também cresceram muito, destacando os cerca de 226.000.000 de dólares entregues aos pesquisadores desta área pelo *Instituto Nacional de Saúde Mental* dos Estados Unidos nos últimos anos, assim como a entrega pela *Fundação John Templeton* de um fundo de 6 milhões de dólares a Seligman, para produzir pesquisa colaborativa entre a Psicologia Positiva e as neurociências (BINKLEY, 2011a). Junto a isso, cabe mencionar o funcionamento de uma conferência internacional sobre a área; a difusão nas revistas de psicologia mais importantes de números especiais dedicados a esta subdisciplina emergente; a existência da revista *ISI Journal of Happiness Studies*; a elaboração de pelo menos um manual sobre Psicologia Positiva (Snyder & López, 2002); o desenvolvimento de tecnologias inspiradas nas contribuições da Psicologia Positiva, que permite às pessoas fazer um auto-relato diário de seus níveis de felicidade, dentro dos quais se destacam o já mencionado aplicativo para smartphones “Mappiness”, desenvolvido pela *London School of Economics*, e o projeto da Universidade Erasmus de Roterdam chamado *The Happiness Monitor Project* e vinculado ao psicólogo social Ruut Veenhoven, figura relevante na área e diretor do *World DataBase of Happiness*. Por último, é possível assinalar, para além do âmbito disciplinar e profissional, a forte propagação na última década de diversos livros de autoajuda baseados nas descobertas da Psicologia Positiva, que têm contribuído para que essa forma particular de saber Psi permeie os imaginários coletivos da sociedade contemporânea.

A apresentação que a Amazon faz na sua página da WEB sobre o livro

fundacional de Seligman ilustra claramente os objetivos, os alcances, a relevância, a popularidade e a pretensão de cientificidade da Psicologia Positiva na atualidade:

Um *best seller* nacional, “A felicidade autêntica” lançou a nova ciência revolucionária da Psicologia Positiva e disparou um debate de costa a costa sobre a natureza real da felicidade. De acordo com o respeitado psicólogo e autor *best seller* Martin Seligman, a felicidade não é o resultado de bons genes ou de boa sorte. A felicidade, real e duradoura, enfoca nossas forças pessoais, mais do que nossas fraquezas, e trabalha com elas para melhorar todos os aspectos de nossa vida. Usando exercícios práticos, testes curtos, e um programa dinâmico em uma página da internet, Seligman mostra aos leitores como identificar suas melhores virtudes e como usá-las de um modo que não havia sido considerado. Acessível e provado, “A felicidade autêntica” é o trabalho mais poderoso da psicologia popular nesses anos.

No caso do Chile em particular, a recepção da Psicologia Positiva foi produzida especialmente no âmbito da saúde mental, por um lado, e do mundo das empresas e da gestão dos recursos humanos, por outro. Assim, a expansão de workshops de promoção de bem-estar e saúde mental, a noção de “felicidade organizacional” ou de “gestão da felicidade na empresa”, que começa a circular em programas de MBA e em grandes organizações, são expressões dessa progressiva expansão do discurso da felicidade elaborado pela Psicologia Positiva em nosso país. Mais especificamente, podemos mencionar, ao modo do exemplo anterior, a criação por parte de psiquiatras e psicólogos do “Instituto do bem-estar: promovendo relações saudáveis e a felicidade” (<http://www.institutodelbienestar.cl>), que desde 2011 organiza diversos grandes seminários sobre o tema (*Seminário Compartilhando Felicidades, Encontro Felicidade*, entre outros), o desenvolvimento do curso Felicidade Organizacional, certificado pela Escola de Psicologia da Universidade Adolfo Ibañez; e, por último, o surgimento de consultoras organizacionais como VE, que orientam seu trabalho explicitamente a partir das contribuições da Psicologia Positiva e da noção de felicidade no trabalho (<http://www.espaciove.com>).

Para finalizar este aparte, destacamos quatro características ou aspectos do campo da Psicologia Positiva, que tem importância especial para compreender sua especificidade como formação discursiva particular.

Em primeiro lugar, a concepção de felicidade e a importância da mesma na vida das pessoas e das comunidades. Em relação à noção mesma de felicidade, a Psicologia Positiva se organiza em torno da dicotomia: felicidade momentânea e felicidade duradoura, sendo esta última a que ela se propõe a promover. A Psicologia Positiva, assim, estabelece uma crítica à felicidade hedonista e passageira vinculada ao consumo e prazer sensorial, e se compromete com um modelo de felicidade duradoura e

sustentável, que se baseia em um processo de transformação dos modos de pensar, sentir e atuar dos indivíduos, em um compromisso genuíno e duradouro com certas virtudes e forças, e em uma fidelidade com as atividades que cada pessoa considera mais agradáveis e expressivas de seu singular modo de ser (SELIGMAN, 2002). Por outro lado, a Psicologia Positiva afirma que a promoção de sentimentos de bem-estar emocional e felicidade, não apenas redundam em uma maior satisfação emocional do indivíduo, mas têm um efeito positivo sobre a totalidade da vida física, emocional, familiar, social e laboral da pessoa. No capítulo do livro *A felicidade autêntica*, que se chama “Por que se preocupar em ser feliz?”, Seligman afirma que as pessoas felizes rendem melhor cognitivamente, adoecem menos e vivem mais, são mais produtivas no trabalho, os eventos negativos as afetam menos e estabelecem melhores relações sociais. Nas palavras do próprio Seligman (2002):

... existe uma prova clara de que a emoção positiva determina o estado de saúde e a longevidade (...). Os pesquisadores descobriram que as pessoas felizes têm a metade das possibilidades de morrer ou ficar incapacitadas. O estado emocional positivo também protege as pessoas dos estragos do envelhecimento (...). Ademais, as pessoas felizes têm melhores hábitos de saúde, uma menor pressão arterial e um sistema imunológico mais forte do que as pessoas menos felizes (...). Não deveria surpreender que as pessoas mais felizes estejam mais satisfeitas com seu trabalho que as menos felizes (...). Quanto maior é a felicidade registrada, mais produtividade e maior renda.

Em segundo lugar, certos postulados teóricos centrais desta corrente afirmam que a felicidade individual depende de três fatores: um traço fixo genético, que incide em 50%; fatores circunstanciais ou de contexto, que determinam a felicidade em 10%; e, o mais relevante para essa perspectiva, fatores que dependem da vontade e da ação intencional dos sujeitos sobre si mesmos, que incidiria sobre 40% do bem-estar subjetivo (BOHEM & LYUBOMIRSKY, 2002). Em relação ao componente genético (50%), Seligman afirma que ele opera como um “termostato individual”, que tende a levar os níveis de felicidade individual, de maneira espontânea, a um mesmo ponto basal, o *set point*. Isto quer dizer que se os níveis de felicidade aumentam em um dado momento, este ponto fixo os arrasta para os níveis habituais de felicidade e, vice-versa, se os níveis de felicidade abaixam, a genética se encarregará de aumentar o bem-estar subjetivo até o nível basal (SELIGMAN, 2002). Por outro lado, nem todo mundo está igualmente apto para a felicidade. Assim, o que a Psicologia Positiva propõe é gerar estratégias que permitam um indivíduo produzir aumentos de felicidade estáveis no tempo, sobre a sua predisposição genética. Em relação ao segundo componente da

equação da felicidade, a saber as circunstâncias da vida (10%), Seligman afirma que a investigação empírica mostra que certas variáveis incidem positivamente (ainda que dentro dos escassos 10%) sobre a felicidade dos indivíduos: viver em democracia, casar-se, evitar acontecimentos e emoções negativas, ter um rico entorno social e cercar-se de religião. Porém, ganhar mais dinheiro, gozar de boa saúde, elevar ao máximo o nível de estudos, a etnia ou o clima, são fatores que não se correlacionam diretamente com a felicidade (SELIGMAN, 2002). Em relação a esse fator relativo às circunstâncias da vida, Seligman (2002, p. 92) afirma que

embora pudera modificar todas as circunstâncias externas (...) não notaria uma grande mudança, dado que juntas provavelmente não supõem mais do que entre 8% e 15% de variação no nível de felicidade.

É sobre o terceiro fator – relativo à ação voluntária que o indivíduo pode levar à cabo sobre os seus modos de pensar, sentir e atuar – que a Psicologia Positiva se propõe a intervir e que tem uma grande importância, pois representaria 40% do total da felicidade pessoal de um indivíduo.

Em terceiro lugar, em termos das raízes históricas, a Psicologia Positiva recupera da tradição humanista norte-americana vinculada a Rogers e Maslow a crítica à noção adaptacionista do ser humano e a ideia de que em cada pessoa existe um potencial de autorealização singular que deve ser explorado, conhecido e promovido, de modo a facilitar processos de crescimento e sentimentos de bem-estar e plenitude com a vida (BINKLEY, 2011a). Assim mesmo, a Psicologia positiva recolhe elementos da tradição da psicologia cognitiva de aspecto positivista. Afirma que as emoções são o resultado de certos esquemas ou modos de pensar e interpretar a realidade, sobre os quais se pode intervir conscientemente de modo a modificar os próprios pensamentos, o que por sua vez implicaria uma transformação dos nossos estados emocionais. Cada sujeito, afirma-se, pode ser treinado no controle do cotidiano de suas formas de pensar (julgar-se a si mesmo, comparar-se com os outros, tomar decisões, interrogar seu passado, explicar-se os fatos) de modo a transitar para modos de interpretação que gerem estados emocionais de bem-estar e plenitude permanentes. Em outras palavras, o que marca fundamentalmente a diferença entre um sujeito feliz e um infeliz é – para além da base biológica (50%) e das circunstâncias (10%) –, o modo pelo qual os indivíduos pensam em relação a si mesmos, a sua história e aos outros. Da tradição cognitivo-comportamental, por sua vez, a Psicologia Positiva assume toda a retórica da cientificidade ancorada em um

ideal (pós)positivista de ciência. A Psicologia Positiva se apresenta a si mesma como uma ciência da felicidade, validada por centenas de estudos empíricos e capaz de expressar os conhecimentos sobre o bem-estar subjetivo em termos de dados estatísticos significativos, que expressam relações (numericamente formuladas) entre diferentes variáveis adequadamente operacionalizadas. É nessa mesma linha que a Psicologia Positiva desenvolveu diversos instrumentos psicométricos validados para medir de um modo válido e confiável a felicidade das pessoas. A partir desta ênfase na cientificidade de seu saber, a psicologia positiva busca diferenciar-se e afirmar a sua superioridade em relação aos meros livros de autoajuda sem respaldo científico e aos desenvolvimentos teóricos sem base empírica suficiente da psicologia humanista do pós-guerra (SNYDER & LOPEZ, 2002).

Em quarto lugar, destacamos da Psicologia Positiva o seu caráter fortemente aplicado e orientado para o desenvolvimento de técnicas concretas que podem ser autoadministradas pelos próprios indivíduos. Trata-se justamente de um conjunto de técnicas que permitem às pessoas intervir sobre os seus próprios pensamentos, potencializando seus estados emocionais positivos de um modo duradouro e influenciando virtuosamente, desse modo, sobre a totalidade de suas vidas e de sua saúde. Diferentemente da figura do terapeuta clássico e de seu lugar até certo ponto insubstituível no processo terapêutico, a psicologia positiva afirma que cada indivíduo pode, conhecendo as técnicas adequadas, intervir sobre si mesmo e avançar no caminho da felicidade. Alguns exemplos de estratégias recomendadas pela Psicologia Positiva para aumentar de forma duradoura a felicidade são os seguintes: comprometer-se ativamente com atos bondosos, expressar gratidão pelas pessoas, ver a vida com otimismo, esforçar-se por desfrutar dos momentos simples da vida, perdoar, escrever a cada dia as coisas que nos fizeram felizes, não centrar-se em aspectos negativos, mas atender aos elementos positivos da experiência, não ficar ruminando os fatos do passado, identificar aquelas coisas de que mais gostamos e darmos um tempo para cultivá-las, entre outros (SELIGMAN, 2002; BOHEM & LYUBOMIRSKY, 2002). Mais especificamente e como exemplo, para o ato de perdoar é recomendado a estratégia em cinco passos REACE: recordar o dano; ter empatia com o agressor; ter uma atitude altruísta; recordar de quando alguém te perdoou; comprometer-se publicamente com o perdão – fazer um “certificado de perdão”; por último, engajar-se no perdão, que implica reforçar o obtido para que os pensamentos negativos não o enfraqueçam. Frente a esse método do perdão,

Seligman (2002, p. 118) nos adverte que tudo isto “se converte em ciência devido à existência de ao menos oito estudos controlados que medem os seus resultados”.

Finalizamos esta descrição da Psicologia Positiva com dois fragmentos de textos de expoentes importantes de tal corrente teórica (um global e outro chileno), que condensam o essencial do conteúdo teórico e dos efeitos de verdade do discurso contemporâneo da psicologia positiva. Como assinala Binkley (2011a, 2011b) e como se observa nos fragmentos selecionados, um traço distintivo da dita produção discursiva é uma complexa articulação entre, por um lado, uma retórica cientificista cheia de dados e evidência empírica e, por outro lado, uma interpelação sumamente coloquial e direta dos indivíduos para que eles tomem nas mãos a própria vida e apliquem diversas técnicas sobre si que lhes permitam alcançar uma felicidade duradoura.

O primeiro fragmento provém do clássico capítulo “*The Promise of Sustainable Happiness*”, escrito por Bohem y Lyubomirsky (2002) e incluído no *Handbook of Positive Psychology*:

Por que há pessoas mais felizes que outras? Devem isso a seu estado marital ou ao salário que ganham? Deve-se a suas experiências ou à cultura em que nasceram? Centenas de artigos empíricos têm examinado como estas e outras circunstâncias ditas “objetivas” se relacionam com a felicidade. Surpreendentemente, para muitos leigos, estes fatores objetivos (incluindo o matrimônio, a idade, o sexo, a cultura, a renda e os eventos vitais) explicam relativamente pouco a variação nos níveis de bem-estar das pessoas (...). Dado que os fatores circunstanciais não devolvem uma história satisfatória que dê conta das diferenças entre as pessoas felizes e infelizes, deve-se buscar em outro lugar para entendê-lo. Propomos que indivíduos felizes e infelizes diferem consideravelmente em sua experiência subjetiva e interpretativa do mundo (...). Em outras palavras, as pessoas felizes tendem a perceber e interpretar o seu ambiente de modo diferente da dos seus pares menos felizes. Esta teoria interpretativa nos dá base para explorar como os pensamentos de um indivíduo, seus comportamentos e motivações podem explicar a sua felicidade, mais do que as puras circunstâncias objetivas da sua vida. Um corpo crescente de pesquisas sugere que as pessoas felizes potencializam e mantêm de forma exitosa a sua felicidade através do uso de múltiplas estratégias adaptativas em relação à interpretação deles mesmos e dos outros, à comparação social, à tomada de decisões e à maneira pela qual se autoexaminam.

O segundo fragmento provém de um breve texto chamado “Psicologia Positiva e Felicidade”, inserido no Primeiro Barômetro da Felicidade Coca-Cola-Chile do ano de 2011, e escrito pelo psicólogo e Diretor Executivo da empresa “Enhacing People-Instituto de Psicología Positiva”, Claudio Ibáñez.

Uma das crenças mais difundidas é a de que a felicidade é um resultado, quer dizer, um estado emocional que se produz quando alcançamos algo (como um posto profissional), executamos um determinado comportamento (como

ir ao cinema) ou quando nos ocorre um acontecimento positivo (como o nascimento de um filho). Embora isto seja certo, o que se desconhecia é que existe uma *poderosa relação inversa: que a felicidade conduz a bom resultados*. Uma das grandes descobertas da Psicologia Positiva foi descobrir que as pessoas mais felizes vivem mais, gozam de melhor saúde, são mais produtivas, obtém melhores resultados, desfrutam de melhores relações e são mais generosas. Esta descoberta (...), pode-se expressá-la da seguinte maneira: ocupa-se em ser feliz e tudo o mais virá como consequência. (...) 40% da felicidade está em nossas próprias mãos, já que depende de atividades que fazemos ou deixamos de fazer e do tipo de pensamentos que cobiçamos em nossa mente. Para elas, o grande desafio – e parte do esforço da Psicologia Positiva – aponta hoje para descobrir que estratégias e ferramentas cognitivas e comportamentais são as que exercem maior impacto no nível de felicidade das pessoas e transmiti-las à comunidade através de programas educativos e de entretenimento, para incrementar os níveis de emoções positivas, tanto nos indivíduos, como nas equipes e nas comunidades [os itálicos são nossos].

Como veremos no trecho seguinte, esse “ocupa-se em ser feliz e tudo o mais virá como consequência”, como premissa ética, condensa de maneira muito precisa o mandato neoliberal: ocupar-se de si mesmo e assumir que o êxito e a felicidade na vida não depende fundamentalmente de condições objetivas do contexto, mas do modo e intensidade com que me comprometo a inverter e trabalhar sobre mim mesmo, buscando me automodelar, incrementar bem-estar e potencializar minhas habilidades, competências e recursos, de modo a destacar-me nos mercados de que participo (ROSE, 1996).

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, TECNOLOGIAS DO EU E O DISCURSO DA FELICIDADE

Tomando como antecedente a isso a emergência de uma nova gramática da felicidade na modernidade contemporânea – tanto em seu eixo relativo às políticas públicas, como em seu eixo relativo aos novos saberes e tecnologias psi desenvolvidas pela Psicologia Positiva –, nos propomos desenvolver uma linha de pesquisa orientada para analisar a partir dos Estudos da Governamentalidade os desdobramentos do discurso da felicidade na sociedade contemporânea, primeiro em termos gerais e posteriormente indagando o espaço mais específico da sociedade chilena.

Seguindo de perto o trabalho de Sam Binkley (2007, 2011a, 2011b), a hipótese que orienta nossa indagação é que o novo discurso da felicidade participa (o que não significa que se reduza a) do que tem sido denominado como a racionalidade de governo neoliberal ou do liberalismo avançado (CASTRO-GOMÉZ, 2010; ROSE,

2003). Ou seja, o novo saber sobre a felicidade é parte de um conjunto de práticas que buscam conduzir o comportamento dos indivíduos, regular seus campos de ação, estabelecer um modo particular de relação do sujeito consigo mesmo baseado na adoção de certos valores, crenças, aspirações e desejos, que orientam o exercício de sua liberdade e que são consistentes com certos objetivos e metas próprios da racionalidade política neoliberal (DEAN, 2008; DU GAY, 2000).

Nosso interesse consiste, então, em estudar o modo pelo qual o discurso sobre a felicidade opera como um jogo de verdade específico, que participa de um conjunto de práticas inseridas em certas relações de poder ou racionalidades de governo, e que contribui deste modo com a produção de modos de ser sujeito particulares – isto é, de sujeição e subjetivação (BUTLER, 2001) – na sociedade contemporânea. A esse respeito, e aprofundando a tese de Sam Binkley (2011, a, b) que orienta nosso trabalho, é possível afirmar que os saberes e técnicas demonstrados em torno da felicidade pelos Estados e organismos internacionais, assim como pela Psicologia Positiva, constituem uma tecnologia de governo – isto é, uma montagem híbrida de instrumentos, técnicas, conhecimentos e espaços, estruturada por uma singular racionalidade prática orientada para certos objetivos (ROSE, 2003) –, onde se articulam e confluem tanto (micro) tecnologias do eu através das quais os indivíduos se autogovernam e se relacionam consigo mesmos de um modo particular, como (macro) tecnologias de dominação através das quais o Estado e as autoridades sociais governam grupos, instituições, populações (CASTRO-GÓMEZ, 2010; FOUCAULT, 1991).

A interpelação que fazem as políticas públicas pensar individualizada e permanentemente sobre o próprio bem-estar e felicidade subjetiva – as quais são reforçadas pelos discursos de mercado, o consumo e a publicidade – assim como as tecnologias do eu que nos oferece a Psicologia Positiva para operar e atuar sobre nossos próprios pensamentos, comportamentos e emoções, constituem um conjunto híbrido de técnicas, materialidades, estratégias, cálculos e discursos que participa da governamentalidade neoliberal e que busca conduzir o comportamento dos indivíduos, promovendo formas particulares de autogoverno, de relação consigo mesmo e de exercício de liberdade. Isto é, produzindo um tipo específico de subjetividade, que seria própria do horizonte tardo-moderno ou neoliberal. Como foi amplamente descrito, trata-se de um sujeito fortemente individualizado, empreendedor, responsável por seu destino, que vive exposto ao risco e que deve ser capaz de se reinventar

permanentemente, que deve se autorregular e autogerir a si mesmo nos distintos mercados de que participa, que valora fortemente a satisfação individual pela via do consumo de bens, serviços, experiências, que recusa e desconfia das hierarquias e autoridades institucionais, afirmando sempre o valor da liberdade, o bem-estar subjetivo e a autorealização pessoal, que se orienta pela busca estratégia de desenvolver-se a si próprio, ampliar suas competências e qualidades – entendidas como um capital humano –, de modo a diferenciar-se, encontrar nichos de oportunidade e destacar-se em um espaço social marcado pela competência contínua com atores distintos (BINKLEY, 2011a, 2011b; ROSE, 2003). Este “empresário de si”, que afirma sua liberdade de escolha e se orienta pelo desejo de “conduzir sua própria existência como projeto para a maximização da qualidade de vida (ROSE, 2003, p. 244) seria a expressão do paradoxo da racionalidade política do neoliberalismo, que governa através da debilitação dos mecanismos punitivos e disciplinares próprios da modernidade fordista e da produção e afirmação da “liberdade” de escolha de cada indivíduo (Burchel, 1996).

A partir desta perspectiva de análise de uma “analítica da governamentalidade”, não se trata, certamente, de interrogar o discurso sobre a felicidade em termos de sua verdade ou falsidade, de seu caráter científico ou ideológico, da consistência de sua fundamentação empírica, de seu menor ou maior alcance explicativo em comparação com outros paradigmas econômicos ou psicológicos – o que seria também uma tarefa legítima e necessária, passível de pensada de outras perspectivas teóricas –, mas de explorar as articulações entre certo jogos de verdade que se apresentam como legítimos, certas associações de poder ou modos de regulação do comportamento e modalidades particulares de constituir-se como sujeito em relação a esses campos de saber/poder singulares e históricos. As interrogações que devem orientar uma pesquisa como esta são:

- Desde quando, onde e como a pergunta pela felicidade e infelicidade das pessoas se configura como um tema de preocupação e de problematização no espaço público, gerando uma nova chave de inteligibilidade (distinta, por exemplo, do bem-estar material/carência material ou do normal/anormal), que caracteriza e distingue os seres humanos de um modo particular e configura discursivamente um certo problema que exige uma certa gestão e manejo a partir das instituições, das políticas públicas, a partir dos próprios sujeitos?
- Que técnicas, programas, prescrições, meios de medida, intervenção e gestão

dos sujeitos – ancorados em espaços e instituições – se desenvolveram na última década para modelar – a partir de fora (medidas feitas pelo Estado), mas também e especialmente a partir da promoção de um tipo particular de relação de cada sujeito consigo mesmo – as condutas, pensamentos e sentimentos dos indivíduos, naquela direção estabelecida como desejável pela psicologia positiva e os novos conhecimentos sobre a felicidade?

- Quais são os sujeitos e instituições que aparecem como autoridades para dizer a verdade sobre a felicidade dos sujeitos (economistas, terapeutas, acadêmicos, etc.), quais são as fontes de legitimidade das ditas autoridades e qual é o modo de relação que estabelecem e propõem com os leigos que aceitam e se submetem a essa autoridade?
- Que novos modelos, ideais de sujeito ou metas estabelece o discurso sobre a felicidade da psicologia positiva, quer dizer, qual é o *telos* que deve orientar como meta principal a vida do sujeito e o trabalho que este faz sobre si mesmo? Nas palavras de Rose (1996, p. 19), qual é o tipo de relação consigo mesmo que promove a gramática contemporânea da felicidade, isto é, qual é a maneira em que sob essa matriz de poder/saber “tornamos inteligível e praticável nosso ser e nossa existência, nosso modo de pensar sobre nossas paixões e aspirações, nossa maneira de expressá-las, nossa forma de identificar e codificar nossas desafeições e nossos limites, e de responder a eles”.
- Quais são as conexões que é possível identificar entre o tipo de subjetividade ou relação consigo mesmo que favorece o atual jogo de verdade da felicidade e os objetivos políticos, sociais, morais mais amplos (desregulação, privatização, mercantilização, abertura a mercados globais, redução do Estado Social, promoção do novo Estado competitivo e empreendedor, etc.) próprios da racionalidade política do neoliberalismo ou liberalismo avançado?

Voltando ao argumento central, é possível assinalar que o conjunto de perguntas formuladas sobre as problematizações, tecnologias, autoridades, teleologias e estratégias, configuram o campo de pesquisa sobre o discurso da felicidade a partir da perspectiva da governamentalidade que nos propomos a abordar (O'MALLEY, 2007; ROSE, 2003). Perspectiva, cabe dizê-lo, que está orientada pelo interesse crítico de diagnosticar nosso presente, visibilizar genealogicamente algumas das forças que o

configuram e desnaturalizá-lo, de modo a imaginar outras formas possíveis de existência, para além dos limites impostos pelas formas contemporâneas de governamentalidade. Como assinala Foucault (2006), em seu texto “O que é a crítica?” (p. 11):

Se a governamentalização é esse movimento pelo qual se tratava, na realidade mesma de uma prática social, de sujeitar os indivíduos [de produzi-los como um tipo particular de sujeito] através de mecanismos de poder que invocam uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se atribui o direito de interrogar a verdade acerca de seus efeitos de poder e ao poder acerca de seus discursos de verdade.

Vinculando essa frase de Foucault com a pesquisa que propusemos, se trataria então de interrogar o contemporâneo jogo de verdade da felicidade em termos de seus efeitos de poder (governamentalidade neoliberal), assim como interrogar a racionalidade política neoliberal dominante acerca dos regimes de verdade que institui (nova gramática da felicidade).

É importante assinalar, por último, que embora a hipótese central da pesquisa tenha relação com analisar as práticas discursivas em torno da felicidade como parte das formas de governamentalidade neoliberal, não é menos certo que a proposta investigativa permita também compreender melhor a especificidade da racionalidade de governo neoliberal à luz da centralidade que esta lhe dá ao tema da medição da felicidade e ao autogoverno dos indivíduos, com base no dito *telos* ou ideal.

A esse respeito, é possível adiantar que para Foucault (2004), o próprio das tecnologias liberais de governo anteriores ao neoliberalismo (por exemplo, as vinculadas à modernidade liberal do século XVIII e XIX) é que elas constroem um *Homo Economicus* como parceiro do intercâmbio, cuja racionalidade se organiza em torno da maximização da utilidade em tensão com as necessidades. Isto implica uma forma particular de individuação, posto que o sujeito produzido por esta grade de inteligibilidade é dócil para os indicadores econômicos objetivos.

Em contrapartida, as tecnologias de governo neoliberais se caracterizam por produzir um *Homo Economicus empresário de si mesmo*, sendo ele o seu próprio capital. Deste modo, continua Foucault, o consumidor neoliberal já não é o parceiro do intercâmbio. O *Homo Economicus*, anterior ao neoliberalismo, se construía sobre a distinção entre consumidor e produtor, na qual o intercâmbio tinha sentido, ainda que o consumidor neoliberal seja ao mesmo tempo um produtor. E o que produz? Sua própria satisfação a partir da autogestão de si mesmo, diz Foucault. Nossa hipótese é que o deslocamento da ênfase sobre os fatores econômicos objetivos para o bem-estar

subjetivo e a felicidade pessoal, próprio das tecnologias de governo neoliberais, supõe uma ruptura com a fria racionalidade econômica que fala aos indivíduos através de indicadores econômicos, e que pressupõe que não está ao alcance das pessoas o poder de serem gestoras de seu próprio bem-estar. Contrariamente, os novos discursos sobre a felicidade falam diretamente a cada pessoa e produzem calidamente um “Você”, ao qual se reconhece que as estatísticas populacionais haviam maltratado. Com efeito, por haver esquecido seus gostos, suas emoções, sua “singular interioridade” resistente a ser subrogada pelos indicadores econômicos impessoais, a economia contemporânea parece pedir perdão a este “Você”. A partir do ponto de vista da governamentalidade, esta virada implica a produção discursiva de um *Você* que é o único capaz de determinar e produzir o que o faz feliz. Tal como afirmam Gil e Feliu (2010), mais do que um *Homo Economicus* – movido pelo desejo de obter bens materiais –, estaríamos frente a um *Homo Emotionalis*, para quem o que “verdadeiramente importa” é ser feliz. Para tanto, a irrupção do *Homo Emotionalis* condiz com o surgimento de estratégias e tecnologias que medem a felicidade diretamente, com base em sua própria racionalidade e, em segundo lugar, com a necessidade de gerar tecnologias que atuem diretamente sobre a gestão e produção individual da felicidade. O bom pastor, anterior ao neoliberalismo, devia saber onde se encontravam os pastos mais verdes e a água mais pura para conduzir suas ovelhas. Com tal propósito, criava estratégias para que elas, sem saber muito bem onde iam, desejassem segui-lo. Para esse pastor, o fato de que as ovelhas estivessem ou não felizes era secundário em relação a alcançar o objetivo maior: os pastos mais verdes. E quando as ovelhas estavam mais contentes que nunca, sabia que o verdadeiramente importante era que estavam se alimentando bem. Vê-las engordar deixava-o feliz. Em contrapartida, o bom pastor neoliberal já não sabe onde estão os pastos mais verdes – já não lhe interessa saber. São as ovelhas que têm que dizer o que as faz felizes – e a felicidade das ovelhas é *ipso facto* a sua. Apesar de serem felizes, ao novo pastor não importa o que comem suas ovelhas, se estão gordas ou fracas. A felicidade se tornou a “superfície de contato” entre o poder que domina os outros e as tecnologias de gestão de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TORNANDO PRECISOS OS LIMITES E ALCANCES DA PESQUISA

Para concluir este capítulo, apresentamos três breves considerações que permitirão ao leitor ter uma maior clareza sobre os alcances e limites da linha de

investigação que procuramos desenvolver.

1. Em primeiro lugar, é importante assinalar que a linha de pesquisa proposta se inscreve em uma ampla tradição das Ciências Sociais orientadas para interrogar criticamente o desenvolvimento das sociedades modernas ao longo do século XX – com ênfase a partir dos anos 1950 –, do que havia sido denominado como um *ethos* ou uma *cultura terapêutica* ou *psicológica*, que para além das escolas de psicologia e consultas psicoterapêuticas, permeia a cultura popular das sociedades modernas e opera como referencial simbólico importante a partir do qual os indivíduos se pensam a si mesmos, se relacionam uns com os outros no espaço da família e no trabalho, orientam sua ação no mundo (ILLOUZ, 2007, 2010). Nesse sentido, um dos desafios da pesquisa é inscrever e analisar o recente surgimento e desenvolvimento da Psicologia Positiva e de seu discurso sobre a felicidade como parte de um movimento histórico-cultural maior de psicologização e terapeutização dos sujeitos, instituições e âmbitos de relação das sociedades modernas, sobretudo na segunda metade do século XX. Esse reconhecimento deve ser acompanhado, ao mesmo tempo, com o esforço de reconhecer a especificidade do discurso sobre a felicidade em relação a outros discursos psicológicos/terapêuticos – a psicanálise, a psicologia humanista e outros –, que foram hegemônicos, por exemplo, sob o modelo de regulação fordista-keynesiano, que caracterizou as sociedades modernas fundamentalmente entre 1930 e 1980 (Wagner, 1997). Quer dizer, trata-se de reconhecer tanto as filiações e continuidades entre o atual discurso sobre a felicidade e outros discursos psicológicos que foram hegemônicos na cultura popular ao longo do século XX, como de dar conta das descontinuidades e rupturas entre ambas configurações discursivas. Descontinuidades e rupturas que, em nossa opinião, estão vinculadas à passagem de uma fase da modernidade (sólida, industrial), vinculada ao modelo de desenvolvimento capitalista fordista-keynesiano, para uma nova fase das sociedades modernas (modernidade tardia ou líquida), vinculada a um novo regime de acumulação capitalista flexível, global, em rede e informacional, e a um novo modo de regulação sociopolítico neoliberal ou do liberalismo avançado. A título de exemplo e de pista deste contraponto entre duas visões de sujeito psicológico, é possível afirmar que uma das descobertas da Psicologia Positiva é que os indivíduos mais felizes se caracterizam – notar a diferença em relação à sensibilidade psicanalítica – por não refletir excessivamente sobre si mesmos, nem viver pensando que as vivências de seu passado condicionam seu bem-estar presente. Como assinala Boehm e Lyubomirsky (2002), de um modo que ilustra certas diferenças entre o sujeito

psicológico da psicanálise e o da psicologia positiva:

As pessoas felizes em relação a seu pares infelizes tendem a se autoexaminar e automodificar menos. (...) Estas descobertas sugerem que as pessoas infelizes se cobrem mais de mortificações negativas (e desadaptativas) do que as pessoas felizes, e sua mortificação excessiva não apenas as faz sentir mal como produz resultados significativamente prejudiciais.

2. Em segundo lugar, é importante assinalar que a proposta investigativa que apresentamos não assume que o discurso da felicidade seja o único e principal discurso operando nos processos de subjetivação contemporâneos, e muito menos nas sociedades da América Latina. Se algo caracteriza a perspectiva dos estudos da governamentalidade, é o reconhecimento da heterogeneidade dos discursos que circulam nos diversos espaços, incluindo a multiplicidade de racionalidades de governo que podem estar operando simultaneamente em distintos campos sociais (O'MALLEY, 2007). Nosso objetivo, para além de qualquer pretensão de descrever de um modo totalizante as formas de subjetivação contemporâneas, diz respeito com a análise detalhada – no âmbito específico da sociedade chilena ou de certos espaços da mesma – o modo como operam e os efeitos de verdade das práticas discursivas vinculadas ao saber das políticas públicas e da Psicologia Positiva sobre a felicidade. Desse modo, esperamos contribuir, através da análise de um discurso específico em um contexto singular, com a tarefa complexa e necessariamente coletiva de ampliar progressivamente nossa compreensão sobre os processos de construção de subjetividade no Chile atual. Nessa tarefa, certamente, é importante reconhecer o modo pelo qual o discurso da felicidade se articula com outros similares (por exemplo, aquele relativo à qualidade de vida, ao consumo, ao valor da autorealização e da autonomia), e/ou entra em tensão com outros discursos provenientes de outros âmbitos ou esferas da sociedade chilena (por exemplo, o discurso sobre o fatalismo latino-americano ou o discurso sobre a importância da associação de coletivos em busca do bem comum, etc.). Isso inclui o modo como o discurso da felicidade pode ser mobilizado em certos contextos e por certos autores para estabelecer uma crítica à racionalidade de governo neoliberal, por exemplo, afirmando que a autêntica felicidade supõe uma distância da mercantilização do mundo e do prazer hedonista e passageiro do consumo. Mesmo assim, é importante reconhecer e atender às dinâmicas de resistência sempre presentes em todo processo de governo, as quais podem ser lidas, seguindo De Certeau (1996), como práticas ou táticas locais que subvertem, resistem e/ou ressignificam algumas das linhas de força de uma racionalidade política e tecnologia de governo particulares, abrindo possibilidades

de subjetivação alternativas. Por último, e reconhecendo as contribuições de uma sociologia da cultura inspirada pelo pragmatismo (ILLOUZ, 2010), é importante perguntar-se também pelos usos cotidianos que fazem as pessoas dos discursos sobre a felicidade, pelo modo como suas noções e significados são apropriados e mobilizados em situações concretas para lidar pragmaticamente com certos desafios e exigências da vida cotidiana.

3. Por último, cabe assinalar que o recorte analítico e o foco no discurso sobre a felicidade, embora seja sem dúvida pertinente se visto a partir do campo de produção e das práticas profissionais dos saberes *psi* contemporâneos, poderia não sê-lo a partir de uma perspectiva maior centrada na cultura contemporânea. Dessa perspectiva, possivelmente o recorte analítico deveria se configurar em torno de uma categoria mais ampla, que incluiria toda uma gama de discursos, cientificamente fundados e fortemente institucionalizados sobre o bem-estar, a qualidade de vida, a realização de si, e mesmo sobre a felicidade, que compartilham muitos aspectos e compõem hoje em dia uma configuração discursiva de alta relevância nas sociedades contemporâneas. Entretanto e sem desconhecer o anterior, por razões de tempo e de recursos, e considerando a própria relevância para o campo da psicologia, a proposta de pesquisa que delineamos se focaliza exclusivamente no discurso sobre a felicidade articulado à Psicologia Positiva e em relação com os discursos que, a partir da economia e das políticas públicas, clamam pela inclusão da felicidade como indicador de desenvolvimento e progresso dos países. Mesmo assim, cabe assinalar que a pesquisa proposta de forma alguma se destaca por sua originalidade. Em termos mais amplos, a problematização e a análise crítica (marxista, foucaultiana, existencialista, weberiana, frankfurtiana, deleuziana, etc.) do discurso e das práticas de saber psicológico e seus efeitos sobre os sujeitos e nas dinâmicas de produção e de reprodução das sociedades capitalistas constituem um dos temas clássicos da Teoria Social Crítica (STECHEER, 2009). Em termos mais específicos, cabe assinalar que na última década foram produzidos uma grande quantidade de textos críticos sobre a psicologia positiva e seu discurso sobre a felicidade. Seguindo a resenha de Binkley (2001), é possível destacar em relação ao livro de Barbara Ehrenreich (2009) *“Bright-Sided: How the relentless promotion of positive thinking has undermined America”*, onde a autora, a partir de uma posição de esquerda, mostra as afinidades do discurso da psicologia positiva – despolitização, individualismo, manutenção do *status quo* – com a agenda política neoconservadora da era Bush. Também é importante o livro de Eric Wilson (2008), *“Against Happiness: In*

praise of Melancholy”, autor que de uma perspectiva romântica e humanista critica o empobrecimento da experiência humana que poderia assumir a descrição da existência feita pela psicologia positiva. É possível mencionar também o texto de Ariel Gore (2010) “*Bluebird: Women and the New Psychology of Happiness*”, que desenvolve uma crítica pela teoria feminista da noção de bem-estar que se instala na Psicologia Positiva. Por último, podemos mencionar o importante livro de Sara Ahmed (2010) “*The promise of happiness*”, onde se analisa a importância da felicidade como texto cultural e suas implicações nas lógicas contemporâneas de diferenciação e categorização social.

Esta produção crítica também é rastreável no Chile, onde a partir de planos muito distintos autores como Agustín Squella, Fernando Contreras e Ivan Pincheira discutiram – em termos ético-políticos – a expansão da noção de felicidade como chave de inteligibilidade da esfera pública e da vida social, e da atuação profissional dos psicólogos. A proposta de pesquisa que apresentamos se inscreve nessas tradições, antigas e recentes, de interrogação crítica dos saberes *Psi*, sobre sua articulação com outros discursos e lógicas vinculadas à administração e gestão das populações e dos indivíduos, a partir do Estado e do mercado, e sobre seus efeitos em termos da produção de modalidades particulares de ser sujeito.

Sobre o artigo

Recebido: 10/04/2017

Aceito: 15/07/2017

REFERÊNCIAS

- AHMED, S. (2010) **The Promise of Happiness**. Durham, NC: Duke University Press.
- BAUMAN, Z. (2000) **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa.
- BINKLEY, S. (2007) Governmentality and Lifestyle Studies. **Sociology Compass** 1(1), 111-126.
- BINKLEY, S. (2011a) Happiness, positive psychology and the program of neoliberal governmentality. **Subjectivity**, 4(4) 371-394.
- BINKLEY, S. (2011b) Psychological life as enterprise: Social practice and the government of neo-liberal interiority. **History of the Human Sciences** 24(3): 83–102.
- BOEHM, J & LYUBOMIRSKY, S. (2002). The Promise of Sustainable Happiness”, en S. Snyder y J. López. (eds.) **The Handbook of Positive Psychology**. New York: Oxford Press.
- BURCHELL, G. (1996) Liberal government and techniques of the self. In: A. Barry, T. Osborne and N. Rose (eds.) **Foucault and Political Reason**. London: UCL Press.
- BUTLER, J. (1997) **The Psychic Life of Power: Theories in Subjection**. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- CASTRO-GÓMEZ, S. (2010). **Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del hombre editores.
- DEAN, M. (2008). **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. London: Sage.
- De la FABIÁN, R. & STECHER, A. (2017). Positive psychology’s promise of happiness: a new form of human capital in contemporary neoliberal governmentality. **Theory & Psychology**. (No prelo)
- De la FABIAN, R. & STECHER, A. (2013). Nuevos discursos acerca de la felicidad y gubernamentalidad neoliberal: “Ocupate de ser feliz y todo lo demás vendrá por añadidura”. **Revista Sociedad Hoy**, 25, 29-46.
- DU GAY, P. (2000). Enterprise and its Futures: A Response to Fournier and Grey. **Organization**, 7(1), 165-183.
- DE CERTAU, M. (1996). **La invención de lo cotidiano**. México D.F: Universidad Iberoamericana.
- EHRENREICH, B. (2009) **Bright-Sided: How the Relentless Promotion of Positive Thinking Has Undermined America**. New York: Metropolitan Books.
- FERNANDEZ-RIOS, L., & NOVO, M. (2012). Positive psychology: Zeigeist (or spirit of the times) or ignorance (or disinformation) of history? **International Journal of Clinical and Health Psychology**, 12, 2, 333-344
- FOUCAULT, M. (2006). **Sobre la ilustración**. Madrid: TécnoS.

FOUCAULT, M. (2006). **Seguridad, territorio, población**: Curso en el Collège de France (1977-1978). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

FOUCAULT, M. (2004). **Naissance de la biopolitique**: Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Gallimard.

GIL, A. & FELIU, J. (2010) **El consumo como manera de estar en el mundo**. Disponible en: http://www.infocop.es/view_article.asp?id=2751. Acessado em 16/07/2017.

GORE, A. (2010) **Bluebird: Women and the New Psychology of Happiness**. New York: Farrar, Straus and Giroux.

HARVEY, D. (1998) **La condición de la posmodernidad**. Barcelona: Amorrortu.

IBÁÑEZ, C. (2011): **Psicología Positiva y Felicidad**. En: Instituto de la Felicidad Coca-Cola: *Primer Barómetro de la Felicidad en Chile, Instituto de la Felicidad Coca-Cola, 2011*. Disponible en: www.institutodelafelicidadcoca-coca.cl. Acessado em 16/07/2017.

ILLOUZ, E. (2010). **La salvación del alma moderna. Terapia, emociones y la cultura de la autoayuda**. Buenos Aires: Katz.

LAYARD, R. (2005) **Happiness: Lessons from a New Science**. New York: The Penguin Press.

LYUBOMIRSKY, S. (2007) **The How of Happiness: A New Approach to Getting the Life You Want**. New York: The Penguin Press.

MCCMAHON, D. M., (2006). **Una historia de la felicidad**. Madrid: Taurus.

O'MALLEY, P.(2007). Experimentos en gobierno: Analíticas gubernamentales y conocimiento estratégico del riesgo. **Revista Argentina en Sociología**, 5(8), 151-171.

PINCHEIRA, I. (2013a). Entre el Marketing empresarial y la política pública estatal: el gobierno de la felicidad en el neoliberalismo chileno. **Revista latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. 11, 7-20.

PINCHEIRA, I. (2013b). La incorporación del concepto de felicidad en el diseño de las políticas públicas en el Chile neoliberal. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. 12(34) 89-120.

PNUD (2012). **Informe de Desarrollo Humano Chile**. Santiago: PNUD.

ROSE, N. (1996) **Inventing Ourselves: Psychology, Power and Personhood**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

ROSE, N. (2003). Identidad, genealogía e historia. En S.Hall y P. Du Gay (comps.) **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu.

STECHEER, A. (2009). La competencia por el éxito y la búsqueda de la autenticidad. Modelos de identidad en el Chile actual. **Psicoperspectivas**, VII(2), 266-292.

SELIGMAN, M. (2002) Positive psychology, positive prevention, and positive therapy. In: C.R. Snyder and S.J. Lopez (eds.) **The Handbook of Positive Psychology**. New

York: Oxford Press, pp. 3–12.

SNYDER, S & LOPEZ, J. (2002) (eds.) **The Handbook of Positive Psychology**. New York: Oxford Press.

SELIGMAN, M. (2003). **La auténtica felicidad**. Barcelona: Vergara.

TAYLOR, CH. (2006). **Imaginarios Sociales Modernos**. Barcelona: Paidós.

VEENHOVEN, R. (2010). Greater Happiness for a Greater Number: Is that Possible and Desirable? **Journal of Happiness Studies**, 11(5), 605-629

WAGNER, P. (2007). **Sociología de la Modernidad**. Barcelona: Herder.

WILSON, E. (2008) **Against Happiness: In Praise of Melancholy**. New York: Farrar, Straus and Giroux.